

**ANTONIO WAGNER PEREIRA LOPES**

Universidade de Araraquara

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-3928-2450>

**REGINALDO BARBOSA DE ALMEIDA**

Universidade de Araraquara

ORCID: <https://orcid.org/0009-0000-6788-2536>

**DANIEL TADEU DO AMARAL**

Universidade de Araraquara

ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-6712-3580>

**VERA LÚCIA SILVEIRA BOTTA FERRANTE**

Universidade de Araraquara

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-0679-3852>

## **Vinte anos do Assentamento Sepé Tiaraju: o PRIMEIRO PDS INSTITuíDO em São Paulo**

Resumo:

Buscou-se discutir a perspectiva de um novo paradigma de produção, que venha substituir fatores comumente encontrados na produção da agricultura familiar, e a possibilidade de ações expressas em sinais voltados à Agroecologia. O objetivo deste trabalho foi realizar uma caracterização do assentamento Sepé Tiarajú, localizado entre os municípios de Serra Azul e Serrana-SP, constituído na modalidade de PDS (Projeto de Desenvolvimento Sustentável), no tocante ao número de famílias, sistema de produção vegetal com base na Agroecologia, cooperativas, SAFs (Sistemas Agroflorestais), à alimentação, ao autoconsumo, à relação com os recursos naturais, com as políticas públicas – discutindo, através dos mesmos, perspectivas de desenvolvimento rural para o assentamento. Atualmente no referido assentamento existem duas cooperativas – Cooperecos e Cooperfit e uma associação – Fraterra, o saldo organizativo expresso na boa relação entre as cooperativas, justificada por afinidade, reflete-se em todo o conjunto do assentamento. Os atores deste território são empenhados na proibição dos agrotóxicos em todo ciclo do sistema produtivo vegetal. O número crescente de SAFs acontece devido às experiências anteriores e participação em programas de natureza social. Os dirigentes da Cooperecos estão participando do programa “Coopera Mais Brasil” lançado oficialmente em abril/2024 na cidade de Luziânia-GO. Os programas públicos de comercialização especialmente o PNAE têm prioridade, embora passem por períodos de desaquecimento. Por exemplo, o PAA de 2022 foi concluído, estando na expectativa da sua continuidade.

Palavras-chave:

PDS; Cooperativismo; Sistemas Agroflorestais; políticas públicas.

## **TWENTY YEARS OF THE Sepé Tiaraju SETTLEMENT: THE FIRST PDS ESTABLISHED IN São Paulo**

Abstract:

The aim was to discuss the perspective of a new production paradigm that could replace commonly found factors in family farming production and the possibility of actions reflected in signs geared towards Agroecology. This study aimed to characterize the Sepé Tiarajú settlement, located between the municipalities of Serra Azul and Serrana-SP, established as a PDS (Sustainable Development Project), in terms of

the number of families, plant production system based on Agroecology, cooperatives, SAFs (Agroforestry Systems), food, self-consumption, relationship with natural resources, and public policies – discussing, through them, rural development perspectives for the settlement. Currently, the settlement has two cooperatives – Cooperecos and Cooperfit, and an association – Fraterra. The organizational balance, expressed in the good relationship between the cooperatives justified by affinity, is reflected throughout the entire settlement. The actors in this territory are committed to prohibiting pesticides throughout the entire plant production cycle. The increasing number of SAFs is due to previous experiences and participation in social programs. The Cooperecos leaders are participating in the “Coopera Mais Brasil” program, officially launched in April 2024 in the city of Luziânia-GO. Public marketing programs, especially the PNAE, have priority, although they go through periods of slowdown. For instance, the 2022 PAA was completed, and its continuity is awaited.

#### Keywords:

PDS; Cooperativism; Agroforestry Systems; public policies.

### **Veinte años del Asentamiento Sepé Tiaraju: el primer PDS establecido en São Paulo**

#### Resumen:

El objetivo fue discutir la perspectiva de un nuevo paradigma de producción que pudiera reemplazar los factores comúnmente encontrados en la producción de la agricultura familiar y la posibilidad de acciones reflejadas en signos orientados hacia la Agroecología. Este estudio tuvo como objetivo caracterizar el asentamiento Sepé Tiaraju, ubicado entre los municipios de Serra Azul y Serrana-SP, establecido como un PDS (Proyecto de Desarrollo Sostenible), en términos del número de familias, sistema de producción vegetal basado en Agroecología, cooperativas, SAFs (Sistemas Agroforestales), alimentación, autoconsumo, relación con los recursos naturales y políticas públicas, discutiendo, a través de ellos, perspectivas de desarrollo rural para el asentamiento. Actualmente, en el asentamiento existen dos cooperativas: Cooperecos y Cooperfit, y una asociación: Fraterra. El balance organizativo, expresado en la buena relación entre las cooperativas justificada por afinidad, se refleja en todo el conjunto del asentamiento. Los actores de este territorio están comprometidos con la prohibición de los pesticidas en todo el ciclo del sistema productivo vegetal. El número creciente de SAFs se debe a experiencias anteriores y la participación en programas de carácter social. Los líderes de Cooperecos están participando en el programa “Coopera Mais Brasil”, lanzado oficialmente en abril de 2024 en la ciudad de Luziânia-GO. Los programas públicos de comercialización, especialmente el PNAE, tienen prioridad, aunque pasan por períodos de desaceleración. Por ejemplo, el PAA de 2022 fue concluido, y se espera su continuidad.

#### Palabras clave:

PDS; Cooperativismo; Sistemas Agroforestales; políticas públicas.

### **Introdução**

O Assentamento Sepé Tiarajú, criado em 2004, está localizado entre os municípios de Serrana e Serra Azul, distante aproximadamente 30 km da cidade de Ribeirão Preto, o principal município da região. A origem do nome Sepé-Tiarajú se reporta a um índio, herói guarani, missionário, rio-grandense e, agora, herói brasileiro. O assentamento abrange atualmente oitenta famílias, em uma área de 814 ha, ocupada historicamente pela cultura da cana-de-açúcar.

Este assentamento já vem sendo estudado por muitos pesquisadores sob diferentes aspectos. Contu-

do, cabe destacar os estudos desenvolvidos por Luís Otávio Ramos Filho, pesquisador da EMBRAPA Meio Ambiente, do Grupo de Agroecologia, também da EMBRAPA Jaguariúna, que repousa sob a perspectiva da sustentabilidade ambiental e econômica dos sistemas agroecológicos de produção da comunidade; por Rosemeire Scopinho, professora do departamento de Psicologia da UFSCAR, que busca analisar o processo organizativo do assentamento à luz, especialmente, das trajetórias dos sujeitos envolvidos; por Maia (2013) que estudou a interferência do PAA no projeto Sepé Tiarajú, concluindo ser o programa um elemento que alavanca a produção e reprodução da vida. Tais pesquisadores, assim como outros que têm acompanhado o assentamento desde o início de sua formação, foram fontes indispensáveis para este trabalho.

## A origem dos projetos de desenvolvimento sustentável

Em 1985, a preparação do Primeiro Encontro de Seringueiros da Amazônia, em Brasília, envolveu a mobilização de lideranças de seringueiros de diversos estados da região Amazônica. A partir das discussões então realizadas, ficaram mais claras as especificidades da produção da seringueira, ou do extrativismo do látex, exigindo, para tal, a formulação de uma política diferenciada de acesso à terra (Franco, 1994).

Não prevendo lotes individuais, o que se reivindicava com as reservas extrativistas era a desapropriação de seringais e a concessão de usufruto aos seringueiros, permanecendo a propriedade da terra em mãos da União.

Depois, em 1999, o Ministério do Meio Ambiente e o Ministério Extraordinário de Política Fundiária publicaram a Portaria Interministerial de número 01, visando a integração e criação de instrumentos legais e administrativos de política fundiária e ambiental, visando a instituição de um modelo de reforma agrária sustentável e de proteção ao meio ambiente, em especial na Amazônia (INCRA; MMA; CNS, 2000).

Do ponto de vista ambiental, o PDS é uma excelente oportunidade no campo das políticas públicas voltadas para garantir a transição para uma produção agropecuária sustentável. Os PDS's buscam ampliar o leque e o enfoque do desenvolvimento produtivo dos assentamentos, incluindo o componente ambiental no planejamento da geração de ocupações produtivas e de renda, inserindo os diferentes tipos e denominações de Sistemas de Produção Sustentáveis, com ou sem a criação de animais (Aly Júnior, 2011).

Dessa maneira, o PDS busca incluir as áreas florestais (nativas ou mesmo exóticas) no sistema produtivo e que estas sejam preservadas e manejadas. Isto para que mostrem a sua importância para o microclima, a manutenção da agrobiodiversidade, a proteção do solo e dos recursos hídricos (preservando e recuperando nascentes de água). Parte-se do pressuposto de que a integração entre preservação e exploração econômica não degradadoras do meio ambiente possibilitarão construir sistemas produtivos sustentáveis e economicamente rentáveis.

A discussão sobre os PDS's, neste Estado, teve início em reivindicação apresentada pelo MST logo no início da gestão do governo Lula, em 2003. O Movimento demandou que na criação e desenvolvimento dos assentamentos fosse trabalhada uma nova concepção, indo além da produção em lotes individuais, que afirmasse um exemplo que questionasse o modelo agrícola baseado na revolução verde sustentado por monoculturas (intensivo em insumos químicos e poupador de força de trabalho), impactante sobre o meio ambiente e os recursos naturais (Aly Júnior, 2011, p. 294).

Portanto, o PDS é uma normativa do INCRA criada a partir da solicitação dos movimentos sociais, no sentido de conciliar o assentamento humano de populações não tradicionais, em áreas de interesse ambiental, com a promoção do desenvolvimento sustentável. Esta modalidade de assentamento foi criada através da Portaria/INCRA n.º 477/99, que define o Projeto de Desenvolvimento Sustentável como uma modalidade de projeto de assentamento, de interesse socioeconômico-ambiental, destinado às populações que já desenvolvem ou que se disponham a desenvolver atividades de baixo impacto ambiental, baseado na aptidão da área (Aly Júnior, 2011).

O projeto dessa modalidade teve como base: a) O atendimento das especificidades regionais (extrativismo tradicional, resgatar o valor econômico e social da floresta, do mangue, da várzea etc.) ao invés de considerar apenas o potencial agrícola da terra; b) O interesse ecológico, além do social; c) A valorização da organização social, do trabalho e gestão comunitária; d) A concessão de uso da terra, por determinado período, para a exploração individualizada ou condonial, obedecendo à aptidão da área combinada, à

vocação das famílias de produtores rurais; e) O interesse ecológico de recomposição do potencial original da área atendendo à legislação ambiental. Vale destacar que o PDS é um projeto especial de assentamento nos seguintes aspectos: a seleção das famílias deve obedecer um critério de envolvimento com a defesa de projetos ambientais; a concessão de uso da terra é coletiva, realizada através de uma personalidade jurídica (associação, cooperativa etc.); a produção deve combinar o trabalho familiar com práticas coletivas, respeito ao meio ambiente e desenvolvimento de práticas agroecológicas. O PDS representa, portanto, um grande avanço por parte do Governo na busca de um novo modelo de projeto de assentamento que contemple, simultaneamente, sustentabilidade social, econômica e ecológica (Aly Júnior, 2011).

Esta posição do INCRA com referência ao PDS não é consensual. Controvérsias apontam a transferência de um modelo da Amazônia para São Paulo, sem a consideração das condições distintas da biodiversidade (Figura 1).

**Figura 1: Vista do alto do morro onde está a Área de Preservação Permanente (APP), imagem do assentamento Sepé Tiarajú.**



Fonte: Acervo fotográfico da pesquisa, 2013.

## O Sepé na rota dos movimentos sociais

O assentamento Sepé Tiarajú, assim como tantos outros assentamentos, é resultante de um processo histórico de mobilização e de lutas sociais travadas pela terra. No início dos anos 90, o MST buscou expandir sua atuação para a região de Ribeirão Preto, por diversas razões e, até mesmo por divergências dentro da própria esquerda atuante no cenário de luta pela terra na região. Muitas das tentativas foram mal sucedidas. Ao longo desta década, o MST já havia se consolidado em muitas regiões do Estado, exceto nesta região e na do Vale do Ribeira, área não prioritária para o Movimento naquele período (área que contava mais com a direção da Feraesp, Federação dos Assalariados Rurais do Estado de São Paulo).

Em 1999, um pequeno grupo de militantes do MST se deslocou para a região, desta vez, a intenção era organizar o Movimento em Franca, onde havia sido realizada uma grande ocupação pelo Sindicato dos Sapeiros – este grupo não tinha vínculo com a luta pela terra, embora alguns sindicalistas participassem de reuniões com a militância do MST – e que mais tarde deu origem ao assentamento 17 de Abril, em Restinga.

Em pouco tempo, o coletivo de militantes do MST percebeu que as ações estratégicas a serem desenvolvidas pelo Movimento deveriam se concentrar em Ribeirão Preto e entorno, não mais em Franca. A principal razão para essa mudança de “foco” se deu pela forte integração com a sociedade civil organizada (membros

e setores da Igreja Católica, profissionais liberais, promotores de Justiça comprometidos com as questões ambientais, do trabalho e da infância e juventude, professores e estudantes universitários, alguns políticos progressistas, Organizações não governamentais (ONG's) e sindicatos), o que mais tarde deu origem ao grupo Amigos do MST – de fundamental importância não somente para a conquista dos assentamentos Sepé Tiarajú e Mário Lago, mas, sobretudo, para a estruturação do Movimento na região (Maia, 2013).

Ainda em 1999, com o apoio do grupo Amigos do MST, foi aberta a Secretaria Regional na cidade de Ribeirão Preto, bem como foi organizada a primeira ocupação do Movimento na região, na Fazenda Chimboró, município de Matão, construindo assim o Acampamento Dom Hélder Câmara que chegou a ter cerca de 1200 famílias.

Com o tempo, o Acampamento Dom Hélder Câmara se desfez. Cerca de 70 famílias se deslocaram para o acampamento Sepé Tiarajú, outras se desligaram do MST e integraram outras lutas por terra organizadas por outros Movimentos na região e outras voltaram para as cidades em vista da oferta de trabalho temporário.

Como relatou Scopinho *et al.* (2007), “[...] por terem ocupado um território de usineiros localizado no centro da região canavieira mais importante do país, a primeira liminar de reintegração de posse não tardou a chegar” (Scopinho *et al.*, 2007, p.173). Depois de vinte dias após a ocupação da Fazenda Santa Clara, as cerca de 100 famílias acampadas se deslocaram para a beira da Rodovia Abraão Assed, onde permaneceram por meses, até que o Governo de Estado de São Paulo entrou com liminar de reintegração de posse. Após ocupações e despejos, as famílias acampadas ocuparam uma área cedida por uma pessoa apelidada de Sr. Português – então proprietário de uma pequena área no interior da fazenda, conhecida como Sitinho, adquirida por ele como indenização em função de acidente de trabalho sofrido na antiga Usina Martinópolis.

Ali permaneceram por mais de um ano quando, não mais aguentando as pressões sofridas pelos usineiros da região, o Sr. Português decidiu vender a área à Usina Nova União. Após novo despejo, as famílias ocuparam um trecho da malha paulista da Rede Ferroviária Federal que passava na área da fazenda, próxima à antiga área do Sitinho, onde permaneceram por longo período, resguardadas de novo despejo por se tratar de área pública. Insatisfeitos com a possibilidade da formação de um assentamento em uma área simbólica como a Fazenda Santa Clara, os usineiros da região se organizaram e junto ao Governo do Estado promoveram um leilão, que por razões óbvias, não contou com a participação de nenhum comprador. Cada vez mais confiantes e fortalecidas junto à sociedade ribeirão pretana, sobretudo através do trabalho desenvolvido pelos apoiadores – entre os quais havia pessoas públicas e influentes da região – as famílias acampadas tornaram a ocupar a fazenda no final de 2002, sendo esta a última ocupação até a oficialização do assentamento em 2004, quando o INCRA efetuou a compra da área.

A desapropriação da Fazenda Santa Clara foi, portanto, fruto de muitas lutas articuladas a partir das ações das famílias acampadas, dirigentes do MST, militantes da reforma agrária da região – articulados pelo grupo Amigos do MST, bem como do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), pela Superintendência Regional de São Paulo.

Cientes dos riscos aos quais as famílias assentadas estariam expostas, porém convictos da importância da formação de assentamentos na região, o MST, o INCRA e o Ministério Público passaram a discutir possíveis formas de organização de assentamentos, de modo que tais ponderações fossem inerentes a sua concepção.

Desse modo, em 2004, como referido, o INCRA, pela Superintendência Regional de São Paulo, efetuou a compra da área e formalizou a organização do Assentamento Sepé Tiarajú, tomando como base experiências desenvolvidas na região Amazônica, pautadas por interesses socioculturais, econômicos e ambientais, através dos Projetos de Desenvolvimento Sustentável (PDS) (Maia; Ferrante, 2013).

## **Termo de compromisso de ajustamento de conduta (TAC): compromissos, conflitos e dificuldades**

De acordo com Scopinho (2009) as condições essenciais para a oficialização do PDS Sepé Tiarajú foram: conceder o título de posse (e não de propriedade) da terra para evitar a venda e o arrendamento; produzir de modo cooperado e agroecológico para recuperar a área degradada pela monocultura da cana; criar uma empresa social para receber os recursos financeiros e realizar a prestação de contas para o Estado; formar um comitê gestor do assentamento composto por representantes dos poderes públicos estaduais e municipais, dos assentados, de organizações não governamentais locais e do INCRA.

Como forma de assegurar o compromisso firmado entre as famílias ora assentadas, o INCRA e o Ministério Público, ao longo de cerca de três anos, e os interessados debruçaram-se sobre a elaboração do Termo de Compromisso de Ajustamento de Conduta (TAC), publicado em 2007, o qual, dentre os compromissos previa: a forma de organização territorial do assentamento e a titulação da terra; a forma de organização da produção; as responsabilidades sobre a implantação das infraestruturas e saneamento básico; a proteção e preservação do meio ambiente; a realização de atividades socioculturais.

Embora o TAC seja produto de um acordo coletivo e expresse compromissos construídos durante anos, compromissos sem os quais o assentamento não se realizaria, conflitos e dificuldades se desenhavam no seio da comunidade. Novos dilemas seriam vividos pelas famílias assentadas. Este processo é evidenciado pelo depoimento de um assentado de 37 anos transscrito a seguir.

O período de construção do TAC foi bastante conturbado, o MST já contava com o acampamento Mário Lago, outra conquista na região, de onde vieram cerca de 20 famílias para completar o Sepé, junto com mais cerca de 5 famílias do Terra Sem Males, Campinas. A princípio imaginou-se que poderia ser feito um assentamento muito organizado, com uma associação que pudesse agregar todos do assentamento e conceder a posse coletiva da terra, como era previsto no TAC. Esse processo foi muito conturbado, pois as famílias não aceitavam a proposta de apenas uma organização e, que esta administrasse o assentamento. Ela já nascia com nome (AgroSepé) e com presidente. Ela se transformou num monstro! Isso virou um grande problema, criando o constrangimento de o assentamento ter um “dono”. Embora existisse uma boa intenção por trás disso, todo o sonho e luta das famílias por ter um pedaço de terra sofria enfrentamento com tal proposta (Maia; Ferrante, 2013, p.81-82).

A formação de um acampamento e a transição para assentamento como um caráter processual, comporta um conjunto de valores e princípios construídos socialmente a partir das distintas trajetórias de cada sujeito – “[...] os seus construtores eram portadores de uma história cuja característica marcante é a diversidade sociocultural” (Scopinho, 2009, p. 262). Tais condições acabam por determinar os valores e princípios destes mesmos sujeitos, o que continua a ser o grande gargalo dos Movimentos Sociais de luta pela terra. Se o ingresso na luta e o respeito às novas regras de convivência social, construídas coletivamente nos acampamentos, se apresentam como a perspectiva de uma vida melhor, o oposto também se torna verdadeiro, quando da certeza da conquista da terra, a partir da qual o (re) encontro com a lógica da propriedade privada desperta o desejo de cada família definir a sua melhor forma de agir e viver.

Aquela cooperativa mãe (AgroSepé) não deu certo por causa do comportamento daquela Diretoria que tinha da outra vez (quando da proposta de fundação da AgroSepé). Não era uma Diretoria escolhida pelo povo, era uma Diretoria que foi ditada por pessoas (Dirigentes Regionais do MST), então a comunidade não gostou muito [...] a gente temeu estar preso pela segunda vez, depois de conquistar a terra. (Depoimento de assentado, 55 anos, citado por Maia; Ferrante, 2013, p.73).

Com tais reflexões não se pretende desconsiderar a importância do trabalho político-organizativo desenvolvido pelo MST. Após o período de acampamento, quando da conquista da terra, ocorrem descontinuidades, rupturas, o que não tem a ver unicamente com o método adotado, pois há sempre no imaginário das famílias acampadas, o medo de que a terra não será conquistada, como relatam vários assentados. Todavia, cabe ressaltar a limitação metodológica, de natureza autoritária que o MST apresenta frente às novas circunstâncias, pondo em risco a organização do assentamento.

Para além dos limites impostos pelo método autoritário adotado pela Direção Regional do MST para a oficialização do PDS e pela posse coletiva da terra que deu origem à AgroSepé, havia também um enfrentamento por parte das famílias a outros conteúdos da proposta do PDS, contidos na formulação do TAC e, que foram revistos, quais sejam:

- Aplicação coletiva dos recursos: todos (Crédito Apoio à Instalação, PRONAF e demais) deveriam ser acessados e aplicados coletivamente. Por fim, as famílias tiveram a opção de escolher a forma de acesso (individual ou coletivo) e de aplicação dos recursos; tamanho dos lotes: inicialmente, se pensou em áreas individuais de 1 hectare e áreas coletivas de 6 hectares. Posteriormente, ficou acordado que seriam áreas individuais de 3,5 hectares e áreas coletivas do mesmo tamanho (Maia, 2013).

Na segunda metade dos anos 2000, o MST/SP passou por um grande período de crise política, agudiza-

da pela disputa de concepções acerca da condução da luta pela terra no Estado de São Paulo, que tinha como pano de fundo o processo de desenvolvimento dos assentamentos. As principais divergências repousavam sobre a relação que o Movimento deveria estabelecer com o Estado, sobretudo com o INCRA (Maia, 2013).

Neste contexto de disputa entre a Direção Regional do MST e o INCRA pelo controle político do Assentamento Mário Lago, principal base assentada do MST na região, as famílias do Sepé Tiarajú foram relegadas a uma total paralisação no processo de implantação do Assentamento – formação das estradas, distribuição de água, construção das casas, bem como de outras atribuições previstas no TAC (Maia, 2013).

Se, por um lado, a diversidade sociocultural pôde impor às famílias assentadas, algumas limitações, como analisa Scopinho (2009), por outro, tal característica pode ter sido (e ainda ser) fundamental para a resistência às tensões por elas vivenciadas na relação intra-comunidade, na relação comunidade-Estado e na relação comunidade-movimento social, abalada durante a implementação das políticas públicas voltadas para a formação do assentamento. As famílias do Assentamento Sepé Tiarajú passaram a lançar mão de estratégias individuais e coletivas para a reestruturação da comunidade. Deram voz as suas demandas e passaram a cobrá-las do Estado, protagonizando, assim, uma nova etapa de suas vidas.

Atualmente, as oitenta famílias assentadas, nucleadas socialmente como fora proposto pelo TAC, ou seja, em quatro Núcleos de Moradia – Chico Mendes, Dandara, Paulo Freire e Zumbi dos Palmares – experimentam uma nova forma de organização interna, que orienta as dimensões da vida política, econômica, produtiva, social e cultural das famílias. Essa nova organização interna conta com a formação de organizações sociais (associações e cooperativas) – COOPERECS, FRATERA e COOPERFIT, que por sua vez expressam as principais concepções – divergentes, porém, não antagônicas – acerca do desenvolvimento do assentamento e congregam as principais lideranças da comunidade (Maia, 2013).

As oitenta famílias da comunidade estão vinculadas às organizações sociais por afinidade política, ou seja, são grupos que congregam famílias de diferentes núcleos de moradia, e nesses espaços debatem os rumos que definem tanto a atuação desses grupos específicos, quanto os rumos da comunidade como um todo. Os assuntos referentes à vida em comunidade são debatidos (informalmente) nas organizações sociais (associações e cooperativas) e, posteriormente, tornam a ser debatidos e deliberados na coordenação do assentamento – formada por representantes de cada organização social, que, na maioria dos casos, também representam diferentes núcleos de moradia (Maia, 2013).

Com vistas a cumprir os objetivos de sustentabilidade ambiental preconizados pela proposta de assentamento – Modalidade Projeto de Desenvolvimento Sustentável – PDS, a comunidade assentada, o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra – MST, o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), juntamente com o Grupo de Agroecologia da EMBRAPA Meio Ambiente deram início ao processo de construção do conhecimento agroecológico no Sepé Tiarajú, adequando-o à realidade local. O trabalho realizado inicialmente consistiu em intercâmbios que resultaram na implantação de uma Unidade de Observação Participativa (UOP) de Sistemas Agroflorestais em uma área coletiva do assentamento, na qual as famílias participaram de mutirões de implantação e formação do SAF.

Esta experiência contribuiu para que os conhecimentos apreendidos pela comunidade assentada fossem multiplicados e experimentados dentro do próprio assentamento, a partir dos lotes individuais. De acordo com Nobre *et al.* (2011) foi criada então rica diversidade de experiências: desde sistemas mais simples com cultivos anuais, até sistemas mais complexos multiestratificados, com alta diversidade de espécies e com diferentes tamanhos. Essa diversidade reflete a multiplicidade de objetivos buscados, que vão do embelezamento do lote até a consolidação da principal fonte de renda.

Cabe mencionar, que o trabalho desenvolvido tem possibilitado grande transformação na vida de muitas famílias, especialmente daquelas que deram continuidade aos SAF's, as quais têm participado de todo esse processo, não na condição de objetos de estudo, mas na condição de pesquisadores-experimentadores, de agentes de seu próprio desenvolvimento.

A Figura 2 simplificam modelos de SAFs que foram implantados no referido assentamento.

**Figura 2 – SAFs no lote do Agnaldo, cinco anos de plantio [2]. SAFs no lote do Firmino, um dos mais antigos deste PDS, faz ligação com outros SAFs[3].**



### **Os assentados do Sepé Tiarajú são produtores que têm um olhar especial para as APPs**

Devido a esta consciência, vem ocorrendo, ao longo dos anos, a instalação de SAFs no assentamento.

Podem ser citados os SAFs do Hermes, Antônio, Firmino, estes dois são ligados um ao outro, formando um corredor ecológico (mesmo que seja em pequenos espaços). Outros produtores têm a intenção de instalação de SAFs, sabem da importância ambiental para o assentamento e que pode ser um investimento com lucros, tais como a comercialização de frutas, banana, café, mandioca e outros produtos colhidos neste ambiente, apicultura, consorciamento com pastagem. Todos estes SAFs são antigos, foram instalados logo no início do assentamento. Recentemente, no mês de janeiro/2014, foi instalado um SAF no lote do Adilson, foram plantadas 280 mudas de nativas e frutíferas, mandioca e feijão nos espaços dos sulcos traçados no solo (Diário de Campo, 2014).

### **Breve histórico da fundação das cooperativas e atividades atuais**

A partir de visita a campo, foi possível revisitar a trajetória organizacional das cooperativas. A primeira cooperativa a ser fundada no assentamento, após as primeiras tentativas frustradas da AGROSEPÉ, foi a COOPERFIT que chegou a agrupar, na época de sua fundação, em 2008, mais de 50% das famílias assentadas. Aquelas que não se filiaram à COOPERFIT seguiram tendo seus projetos de comercialização junto ao mercado institucional desenvolvido pelo Centro de Formação Dom Hélder Câmara, quando em 2009, também optaram por fundar suas cooperativas, a COOPERELOS.

De maneira geral, a formação das organizações sociais fora estimulada pela necessidade que as famílias assentadas passaram a ter acerca da participação efetiva na condução das estratégias de desenvolvimento a elas apresentadas, especificamente pelo PAA.

A formação das cooperativas, dada em meio aos conflitos entre as famílias assentadas e a Direção Regional do MST, reforçou o desejo das famílias buscarem maior participação na gestão dos projetos do PAA. Isto se refletia, para além das condições objetivas, como a garantia de renda, condições subjetivas traduzidas, na falta de identidade com o coletivo do MST, e a consequente necessidade de fortalecer o pertencimento ao Assentamento Sepé Tiarajú; na falta de confiança política, ocasionada pela pouca (ou nula) transparência nas

relações. Razões semelhantes implicaram, mais tarde, em cisão na COOPERFIT, dando origem à FRATER-RA (associação), última organização social formada no assentamento.

A fundação das quatro organizações sociais do assentamento foi fortemente estimulada pelo INCRA – cabe aqui relembrar que havia um cenário de crise política entre o MST/Ribeirão Preto e o INCRA/SP neste período – não somente como um simples atendimento às demandas técnicas apresentadas à equipe de ATER, mas, sobretudo, por se tratar de uma possibilidade concreta de enfraquecimento da Direção Regional do MST pela perda desta importante base social.

Na pauta destas reuniões, também se discutiram providências a serem tomadas para puxar a rede de água. Há 4 ou 5 poços artesianos e a rede se torna necessária para suprir as demandas dos lotes. Participaram da reunião destinada à questão do suprimento da água, duas lideranças, Adilson e Júlio, além de vários assentados, homens e mulheres. O resultado desta reunião foi a autorização para a aquisição do referido poço artesiano. As reuniões periódicas realizadas se configuraram concretamente, como o elo dinamizador do assentamento.

A respeito da renda pôde-se obter informações da renda mensal calculada a partir dos contratos fechados semestralmente (PAA), sendo cobrada de cada assentado a responsabilidade de entrega semanal dos produtos (banana é o carro chefe, mandioca, hortaliças, dentre outros). Estipula-se um valor pelo contrato, o mesmo é parcelado, de forma a garantir ao assentado uma renda mensal, calculada em torno de R\$ 800,00. Além disso, há um fundo (em torno de 20%) do recebimento mensal dos cooperados, sendo o mesmo uma reserva para gastos emergenciais e eventuais investimentos. Complementam a renda com a venda em barracas localizadas às margens das rodovias, nas quais vendem os produtos. É possível observar pontos de comercialização utilizados pelos assentados, à margem da rodovia Abrão Assed.

Os depoimentos colhidos a respeito das cooperativas no Sepé Tiarajú mostraram relações de solidariedade e satisfação com a qualidade de vida. No grupo da Cooperecos, em cada família visitada ocorrem discussões sobre os acontecimentos no assentamento. Já é costumeiro os assuntos ficarem em torno do clima, comercialização, práticas de manejo dos sistemas de cultivos nos lotes do Assentamento.

## Lideranças: trajetórias e expectativas

No período de trabalho de campo, o convívio maior foi com Sr. Adilson, um dos membros e colaboradores da Cooperecos (cooperativa que faz parte do complexo cooperativista do assentamento), o qual exerce papel importante de liderança na comunidade. Mesmo não tendo grau de escolaridade elevado, expressa-se muito bem em suas falas. Devido a esta facilidade está sempre envolvido nos projetos de parcerias com instituições que trazem benefícios para o assentamento Sepé Tiarajú. O Sr. Francisco também é membro e colaborador da Cooperecos, liderança da comunidade, atuando como administrador da parceria ligada à utilização do trator comunitário do grupo. Observa-se que os dois assentados vieram de cidades do interior de São Paulo, passaram por vários acampamentos antes de irem para o assentamento Sepé Tiarajú.

Adilson é um assentado com atividades administrativas na cooperativa deste grupo. Relata, com muito orgulho, sua trajetória até chegar à condição de assentado no Sepé Tiarajú. Nessa mesma conversa, ele disse que chegou o momento em que ele deve encontrar mais tempo para plantar outras culturas no lote.

Já comecei o plantio de abacate consorciado com manga desde o início de 2011, as plantas destas fruticulturas estão bem viçosas entre 60 cm a 1m de tamanho, antes plantei estas culturais, sei que, em média de 2 anos, já estão produzindo. Estas frutas, além de serem para consumo próprio, têm mercado certo de comercialização, tanto para programas públicos, venda para o CEASA, vendas para compradores que fazem revenda e feira no sábado em Serrana-SP (Depoimento de Adilson, 2012).

O depoimento de Adilson expressa as experiências de diversificação que dão as formas do sistema de produção do Sepé Tiarajú. Ressalta-se que desde que as oitenta famílias passaram da condição de acampados para condição de assentados do Sepé Tiarajú, todos os grupos têm práticas agrícolas tradicionais, assim chamadas por serem produtos de conhecimentos herdados, anteriores aos pacotes tecnológicos da Revolução Verde. Este grupo tem práticas de manejo e convívio social semelhante devido integrarem a mesma cooperativa deste assentamento, mas com pontos do sistema agrícola que diferem em algumas culturas, especialmente quanto à comercialização.

A casa do José Benedito (Barriga), do grupo da Cooperfit local é ponto de conversa e de local estratégico para os assentados deixarem os seus produtos. A casa tem uns bancos e boa sombra onde se reúnem as pessoas para bater papo, é um bom local para conversar e colher dados em geral. Pôde-se constatar que vários assentados deixam na casa do José Benedito produtos colhidos no dia para entrega a outros assentados, produtos que serão entregues nas cooperativas ou para compradores de revenda. Na primeira vez que seu lote foi visitado, foi mostrado o bananal que tem ao lado da sua casa e é tratado com muito cuidado, sempre carpido manualmente. As galinhas podem comer restos de folhas de bananeiras e insetos, colaborando com o manejo de trato fitossanitário desta cultura. Segundo seu depoimento, neste ano aumentou sua área de plantio da cultura de mandioca consorciada com a cultura de milho, todas estas culturas são manejadas sem o uso de adubos químicos. Segundo as palavras do assentado:

No Sepé Tiarajú é como uma religião para todos plantar em sistema consorciado as culturas de mandioca, banana e milho, pois destas culturas é que a maioria dos assentados tem um lucro maior. O fato de ter em seu lote criações de galinhas e porcos, é bem significativo. Complemento a produção no lote com uma pequena horta (sem uso de agrotóxicos) que produzo para nosso consumo (família) e vendo o restante, prática que completa a minha renda mensal e dá oportunidade da minha mulher participar da produção do lote (a horta é ela quem cuida), além desta forma de produção, tenho um belo quintal com pomar bem diversificado em plantas frutíferas que é para o consumo da família, dar para alguns vizinhos e vender aqui no lote ou na feira em Serrana (Diário de Campo, 2013).

Quanto ao grupo da Cooperagrossepé, foram selecionados para a pesquisa três assentados, Elias Benedito, Áurea Correa e Maria Madalena. Além de outras características semelhantes, têm uma em especial, são todos evangélicos, isto reforça os laços na convivência social e produtiva. No assentamento Sepé Tiarajú, os grupos foram formados por uma característica especial, “afinidade”. O assentamento está dividido em quatro núcleos, mas todos os grupos estão ligados por relações solidárias. O Elias tem uma particularidade que o faz um assentado de gosto interessante, tem em sua casa uma biblioteca onde sempre que pode adquire livros (doar um livro para ele é um grande presente), é um leitor assíduo. No seu quintal, foi feito um SAF, o qual ele trata com maior zelo, além de plantas frutíferas e nativas. Culturas como a mandioca, banana, milho, abóbora, feijão são cultivados em uma área comunitária próxima às casas deste grupo, todas elas com manejo no sistema tradicional.

Nas visitas ao grupo Fraterra, feitas ao longo de dois anos, foi possível conversar várias vezes com o Paulo Souza (Paulo Gago), Firmino Rodrigues e João Ribeiro. Em uma visita encontrei com Paulo Souza em sua casa, sentado na área num final de tarde, depois de um dia de trabalho na quebra de milho. Neste dia, ele estava trabalhando para um amigo assentado pagando um dia de serviço que devia para este amigo. No seu depoimento, há expressões de satisfação pela fartura, o que sugere uma boa condição alimentar.

Forma de pagamento, um dia você trabalha para mim, em outro dia, trabalho para você, prática muito usada em tempos de um Brasil bem rural. Sentados na mureta da área da sua casa, o assunto continuou. Paulo diz que este ano foi muito bom para o milho, quase todos assentados plantaram milho, pra ficar melhor é só dar bom preço também, o milho que plantei no meu lote está quase no ponto de colheita, já estamos comendo milho refogado, muito bom... Gosta também? Digo que sim, Paulo, é baiano misturado com Paulista. Gosto muito do estado de São Paulo, aqui encontrei o que sempre procurei ter, um pedaço de terra. Graças a Deus, já chegou para mim este dia, agora peço saúde para continuar com a lida da terra, estou no meu lote todo plantado em milho, mandioca, banana, feijão e frutas, tenho criação de galinha e porco. Você sabe que todos aqui são plantadores primeiramente da cultura de mandioca, a terra aqui é muito boa para esta cultura. Vendo aqui no lote, entrego para associação para venda comunitária, programas do governo e ainda faço troca de produtos, parte é para nosso sustento, alimentamos bem [...]. Temos fartura, graças a Deus (Diário de Campo, 2013).

No lote do Firmino Rodrigues, pôde ser observado que tem os mesmos padrões das casas do assentamento, o quintal plantado com vários tipos de frutas, o lote com plantação de mandioca e banana, umas seis cabeças de gado e muita galinha no terreiro. Numa breve conversa foi possível saber que seu sistema de produção é igual ao de outros do assentamento, faz plantio das culturas no sistema tradicional.

João Ribeiro tem origem do Piauí, é um produtor de tradição no plantio do feijão e mandioca (típico do pessoal nordestino). Conversando, ele fala muito dos bons tempos em que lá morava, seu pai era um agregado de um fazendeiro no Piauí, foi criado com mais oito irmãos, somente ele veio para o estado de São Paulo. Depois de muita luta encontrou novamente o bom modo de vida igual ao que tinha, agora na condição de assentado do Sepé Tiarajú, assentamento que lhe devolveu o sistema da roça em que fora criado. No seu lote é bem fácil notar o cuidado com o quintal, limpo e bem cultivado, plantas de um lado, criação de galinha do outro. Ele faz um consorciamento bem diversificado, planta em sistema de SAF's, fazendo uma mistura de plantas frutíferas, nativas, mandioca, banana, quiabo, jiló, abóbora, caxi, café, mas sempre que necessário, faz uma capina manual e a plantação vai ficando muito boa. Segundo o assentado:

Faço igual lá no Piauí misturando todas as culturas e deixo touceiras de capim Napier ou Colonião crescerem juntos, isto deixa as outras plantas bem e evita trabalho, corta o capim e deixo secar até misturar no solo, melhora muito a qualidade do solo e não faço mais as queimadas (Diário de Campo, 2013).

## O assentamento sob a lente dos relatos das visitas

Evidentemente, os dados obtidos com os questionários, permitiram uma caracterização do sistema produtivo, das estratégias familiares, das práticas agrícolas que mostram expressões de sustentabilidade, da infraestrutura disponível, dos entraves e eficácia das políticas públicas, do significado de se privilegiar a cooperativa como unidade organizativa. Esta caracterização aqui apresentada foi fruto das inúmeras visitas ao campo, de facetas de uma pesquisa mais envolvente, mais próxima dos assentados, permitida pelo registro dos depoimentos coletados em inúmeras idas ao campo.

Todos os assentados levantaram como demanda prioritária dentro do assentamento a questão da distribuição de água. Sofrem muito com o abastecimento irregular e informaram que o problema é mais grave pelo fato de o cano de abastecimento estar estourado e ninguém ter resolvido o problema. Esta questão atinge grande parte dos lotes.

É um assentamento com oitenta lotes, mas segundo uma assentada, este número já chega perto dos 100, pelo fato de muitos lotes já possuírem mais de uma família morando, ela, por exemplo, disse que trouxe para o seu lote o irmão. Relações de parentesco responsáveis pela ampliação do circuito familiar.

Há predomínio da produção de banana e mandioca, muitas árvores frutíferas, mas pouco gado. Do lado de cima da pista (já que o assentamento é cortado por uma rodovia) encontra-se um lote com estrutura de cultivo em sistemas agroflorestais (SAFs produzidos dentro de uma área reflorestada pelo próprio assentado). Entre uma árvore e outra é possível encontrar abacaxi, banana, mamão e uma infinidade de outras frutas e plantas.

## A participação das mulheres: rompendo invisibilidades

As mulheres têm participação, planos de se organizar e têm uma produção capaz de gerar renda. Dona Arlinda, forte liderança na comunidade, mulher disposta que passa claramente sua facilidade de promover diálogos e tomar novas iniciativas. Constatou-se que a mesma tem, no presente, o projeto de uma cozinha comunitária, na qual poderiam ser produzidos doces, pães e mesmo a possibilidade de fazer uma comida, dada a inexistência de restaurantes próximos na rodovia. Estão assentados em um lugar de grande circulação de pessoas, o que pode facilitar sua intenção de montar um restaurante ou algo semelhante.

A presença da mulher é vibrante e muito ativa no assentamento, o que mostra a importância de incorporar relações de gênero na análise dos assentamentos. Dona Arlinda, além de dona de casa, é cozinheira, ela fala com muito prazer que é uma cozinheira de mão cheia e faz questão de cozinhar para qualquer evento no assentamento, mas gosta também de plantar. Outra assentada, Áurea, titular do lote, casada com João Corrêa, oriundos de Minas Gerais, afirmou prazerosamente:

Eu gosto mesmo é de plantar! Veja meu quintal, quantas plantas floridas e outras com frutas. Este ano aumentei o plantio de mandioca, é a cultura que mais produzo aqui no lote e no resto do assentamento, temos tradição na cultura da mandioca, estou com o bananal muito bom, não quis plantar outras culturas este ano, o que plantamos dá uma renda para viver bem (Depoimento registrado em Diário de Campo, 2013).

Maria Madalena também estava no curso do INCRA. Na sua casa, que fica perto da Áurea, a conversa continuou espontaneamente. Ao gosto, juntou-se a referência aos pactos de solidariedade. Comenta Maria Madalena:

Aqui tenho boas amizades, a Áurea e sua família é como se fosse minha família (assim diminuem as saudades de Minas Gerais). Nós estamos sempre juntas, até na hora de orar, que traz muitas coisas boas para nossas famílias. Gostamos de plantar as mesmas culturas e flores, este ano plantei somente mandioca e banana, aumentei a área cultivada e tenho um gadinho também, com ajuda de Deus sempre tenho muito para minha família e vendemos o suficiente para poder melhorar a qualidade de vida, que é bem melhor aqui no assentamento do que no interior lá em Minas Gerais (Diário de Campo, 2013).

Em outra ida a campo, foi visitada a casa da Dona Elza. Ela é uma pessoa que gosta muito de trocar ideias e de mostrar as novidades encontradas em seu quintal bem cuidado, tanto com as plantas como com os animais, falar de como está sua lavoura, em especial a mandioca, banana e outras culturas que consegue plantar. Tudo, ela fala com muito otimismo, tudo que planta é mais uma conquista dentro do seu lote.

Ela vem de situação difícil, morava na cidade de São Paulo, passou por vários acampamentos até chegar ao Sepé Tiarajú, onde teve e ainda continua tendo ajuda de amigos que conquistou no assentamento. Ela é viúva, tem dois filhos rapazes que dão uma boa ajuda para ela. No início, todos trabalhavam como diaristas no assentamento. Aos poucos foi conseguindo plantar em seu lote. Após passar por sérias dificuldades, problemas de saúde de um dos filhos, nem todos os dias tinha trabalho no assentamento como diarista, falta de água no seu lote e outros. Nunca deixou se abater em decorrência da luta da terra, sempre agiu como a líder da família, nunca pensou em voltar para a cidade, “aqui é nosso lugar!” retratou a agricultora.

Ela diz que cada problema no seu dia a dia era um degrau que sua família subia, usava os momentos difíceis para ser forte. Atualmente ainda tem suas dificuldades, mas a experiência que adquiriu como assentada do Sepé Tiarajú faz dela uma mulher diferenciada, que não se deixa influenciar pela usual desqualificação imposta ao trabalho feminino. Sua conquista diariamente mostra bons resultados na qualidade de vida da sua família. Atualmente, trabalha somente em seu lote, juntamente com seus dois filhos. Seu trabalho diário lhe deu a condição de ter uma boa casa, quintal com fartura, criação de galinhas, porcos, pomar.

Este quintal é meu orgulho de ser assentada, cuido das plantas e animais como cuido da minha vida, tenho um bom mandiocal, é minha maior renda. Planto milho, banana, tenho água suficiente para plantar uma pequena horta e outras pequenas culturas. Tenho uma carroça e um bom cavalo para transporte de tudo que preciso. Sinto que as coisas estão melhorando cada dia que passa, tenho muita luta, mas, tenho tudo que preciso. Agradeço a Deus tudo que ele me dá todos os dias e peço saúde para continuar fazendo aquilo que mais gosto, morar e trabalhar na terra que ele me deu de presente (Diário De Campo, 2013).

Depoimentos como estes são bons indicadores de que a vida nos assentamentos é encarada, em maioria pelos assentados como lugar de tranquilidade, de fartura, de prazer, de saúde, de segurança alimentar. O assentamento fica perto da cidade e da rodovia, o que facilita a venda nas feiras e a comercialização. Pôde-se constatar, em várias visitas, situações de venda direta. Tudo que se produz no lote é praticamente para venda. Também se observa situações de autoconsumo, pois ovos, frangos e porcos são utilizados para o consumo da família.

As visitas ao campo mostraram uma diversificação nos lotes, além da preocupação dos assentados com a conservação da biodiversidade, o que pode estar relacionado ao fato das áreas serem constituídas como PDSs.

Após muitas discussões envolvendo o Ministério Público, INCRA e famílias assentadas, ficou definida a perfuração de mais quatro poços artesianos, um em cada núcleo de moradia, para atender à demanda

de abastecimento de água do assentamento. Cabe mencionar que cada núcleo já contava com um poço, no entanto, os mesmos foram perfurados em locais distantes dos depósitos de água, o que tornava o gasto energético para bombeamento quase inviável. Contudo, as famílias assentadas ainda sofrem pela não instalação da rede de distribuição da água. Algumas, dada a localização de seus lotes, próximos aos depósitos de água, conseguiram, por conta própria, sanar os problemas decorrentes desta situação. Aquelas famílias que têm suas moradias em locais de mais difícil acesso à água, seguem com limitações, não somente em seus sistemas produtivos, mas também na vida doméstica.

Foi possível garantir a construção de uma escola na área do assentamento de modo a atender à demanda de educação infantil e do primeiro segmento do ensino fundamental. Facilitando assim o envolvimento das mulheres assentadas nas atividades produtivas remuneradas, bem como o maior rendimento escolar das crianças, especialmente pelo aumento das horas de sono noturno. Anteriormente, as crianças de 3-4 a 9-10 anos precisavam sair de suas casas ainda de madrugada para chegar às escolas localizadas na cidade de Serra Azul em tempo de assistir as aulas, iniciadas por volta das 07h20min.

Já foi mencionada a implantação de uma Unidade de Observação Participativa visando a construção e difusão de conhecimentos sobre o uso de SAF's adequados à região. Conforme descrito por Ramos Filho (2010, p. 229):

O preparo do solo para implantação da UOP foi feito de modo convencional, mas não foram aplicados corretivos ou fertilizantes de qualquer natureza, e o plantio foi feito de forma manual. O processo de definição do desenho de SAF a ser implantado foi bastante participativo, envolvendo cinquenta agricultores assentados e oito técnicos das instituições parceiras. A implantação foi feita em grupo (sistema de “mutirão”), em fevereiro de 2006. No total, entre arbóreas, arbustivas e herbáceas, foram plantadas cinquenta espécies, incluindo adubos verdes, culturas agrícolas de ciclo curto, espécies frutíferas arbóreas (exóticas e nativas); e espécies florestais nativas, de diferentes estágios sucessionais. Desde o plantio, vem sendo realizadas diversas atividades de manejo, monitoramento e avaliação do desenvolvimento das plantas nos SAF's, sempre com a participação dos agricultores. A partir desta experiência, boa parte dos agricultores se sentiram estimulados a implantar os princípios agroecológicos e algum tipo de sistema agroflorestal em seus lotes.

A partir dos dados levantados, constatou-se que a economia do assentamento está fundamentada na comercialização de um variado conjunto de produtos e atividades, como as frutas (banana, mamão, manga e citros), mandioca, café, milho, hortaliças folhosas e animais de pequeno porte, como suínos, caprinos e aves. Esta diversidade produtiva demonstra efetivo resgate da policultura e da agrobiodiversidade, principalmente se comparada com o sistema dominante na região (monocultura canavieira extensiva). Há, portanto, condições para se falar em prática de outras agriculturas, o que é impulsionado pela existência das cooperativas.

## **Considerações finais**

Poucas alterações no número de famílias. Alguns assentados faleceram, quatro famílias de idosos se afastaram, lotes foram ocupados por membros da família. Há formas de arrendamento interno em pequena escala, entre os assentados, expressando um tipo de parceria. As cooperativas continuam na linha de frente (Cooperecos e Cooperfit) e uma associação (Fraterra), ponto de apoio importante. O PNAE tem prioridade, embora passe por períodos de desaquecimento. Por exemplo, o PAA de 2022 foi concluído, estando na expectativa da sua continuidade.

A comercialização continua bastante desenvolvida em feiras, vendas para consumidores no próprio assentamento e em barracas localizadas as margens da rodovia entre Ribeirão Preto e Serrana -SP.

Sistemas de produção vegetal em bases agroecológicas, como o exigido pelo PDS, continuam sendo a prática prioritária agregada à agroflorestal que têm sido uma das marcas características dos assentamentos.

Problemas ambientais na forma de queimadas são desafios constantes. Há proposta de criação de uma brigada de incêndio em conjunto com governo federal.

O assentamento Sepé Tiarajú, com tudo que foi conseguido ao longo destes vinte anos tem garantido qualidade de vida às famílias.

Há expectativas em relação ao novo governo (Programa Coopera Mais Brasil). Foi destacada a volta

do MST no assentamento, o que parece ser a tônica do ressurgimento dos novos movimentos de luta pela terra. Uma das lideranças ressaltou a oportunidade de os filhos estudarem em universidades de outros estados, visando um futuro melhor, com muito trabalho e luta. Aguarda-se um projeto do Sebrae voltado ao melhoramento de trinta Safs, o que pode reforçar a dimensão agroecológica do assentamento. Igualmente, a utilização de maquinário agrícola de pequeno porte, a oportunidade de estudo são os fatores enfatizados na valorização do Sepé Tiarajú.

## Referências bibliográficas

- ALY JÚNIOR, O. Projetos de Desenvolvimento Sustentável (PDS's) e os Desafios na Construção de Novas Políticas de Assentamento. **Retratos de Assentamentos**, Araraquara, v. 14, nº. 2, p. 283-303, 2011.
- FRANCO, M. P. Seringueiras e cooperativas o fetichismo das mercadorias nos seringais do Alto Juruá. In: MEDEIROS, L. et al. (Org.). **Assentamentos Rurais**: uma visão multidisciplinar. São Paulo: Editora UNESP, 1994, 329 p.
- INCRA/MDA – MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE /CNS – CONSELHO NACIONAL DOS SERINGUEIROS. **Projeto de desenvolvimento sustentável**. Brasília, 2000. 50 p.
- MAIA, P. O. **PAA em um Projeto de Desenvolvimento Sustentável, Arranjos e Conflitos na produção e reprodução da vida**: um estudo no assentamento Sepé Tiarajú, município de Serrana e Serra Azul-SP. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento regional e Meio Ambiente). Araraquara, 2013.
- MAIA, P. O.; FERRANTE, V. L. S. B. O programa de aquisição de alimentos no PDS Sepé Tiarajú: bloqueios e perspectivas. **Retratos de Assentamentos**, v. 16, p. 77-110, 2013.
- NOBRE, H.; SOUZA, T.; LE MOAL, M.; CARRILLI, A. L.; RAMOS FILHO, L. O.; CANUTO, J. C. A experiência dos agricultores agroflorestais do assentamento Sepé Tiarajú. **Revista Agriculturas** (Impresso), v. 8:2, p. 18-23, 2011.
- RAMOS FILHO, L. O. SZMRECSÁNYI, T.; PELLEGRINI, J. B. R. Biodiversidade e reforma agrária: uma experiência agroecológica na região canavieira de Ribeirão Preto, Brasil. **Retratos de assentamentos**, n.13, p.207-238, 2010.
- SCOPINHO, R. A. Em busca de “elos perdidos”: projetos de assentamentos e modos de identificação entre trabalhadores rurais assentados. **Cadernos de Psicologia Social do Trabalho**, v. 12, n. 2, p. 257-270, 2009.
- SCOPINHO, R. A.; OLIVEIRA, D. R.; REZENDE, J. R.; SANTOS, J. A. O processo organizativo do Assentamento Sepé Tiarajú SP: novos ânimos no cenário dos movimentos sociais da região de Ribeirão Preto. **Reforma Agrária**, v. 34, p. 149-176, 2007.